



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 220, DE 2012**

**(Do Sr. Newton Lima e outros)**

Acrescenta dois parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, para destinar os recursos da participação no resultado ou da compensação financeira às áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde, segurança, meio ambiente, defesa nacional, energia e infraestrutura.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PEC-545/2006.

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 20 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos parágrafos 3º e 4º com a seguinte redação:

*“Art. 20 .....*

*§ 3º Os recursos da participação no resultado ou da compensação financeira assegurados a órgãos da administração direta da União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de que trata o § 1º deste artigo, serão destinadas às áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde, segurança, meio ambiente, defesa nacional, energia e infraestrutura.*

*§ 4º Órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão, no mínimo, setenta e cinco por cento dos recursos de que trata o § 1º na área de educação pública.”*

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Na última década, União, Estados e Municípios, tiveram um grande aumento nas receitas da compensação financeira ou participação no resultado, popularmente chamado de “royalties”, principalmente em razão da exploração e produção de petróleo em áreas marítimas. De 2003 a 2011, as receitas anuais de royalties aumentaram de R\$ 4,396 bilhões para R\$ 13 bilhões, enquanto a participação especial aumentou de R\$ 4,998 para R\$ 12,6 bilhões.

Com a descoberta do “tesouro público” do Pré-Sal, os royalties e a participação especial decorrentes da produção em áreas já contratadas, principalmente sob o regime de concessão, poderão atingir R\$ 60 bilhões no ano de 2020. Em 2030, com a introdução do regime de partilha de produção, as rendas estatais poderão ser ainda muito maiores.

No setor mineral, a compensação financeira pela exploração de recursos mineral aumentou de R\$ 156,5 milhões, em 2003, para R\$ 1,697 bilhão em 2011. Já a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos aumentou de R\$ 779,6 milhões, em 2004, para R\$ 1,636 bilhão em 2011.

Dados atuais indicam que a alocação dos “royalties” do petróleo, da mineração e dos recursos hídricos para geração de energia elétrica não tem produzido justiça social por meio de acesso, principalmente, aos sistemas públicos de saúde e educação. Investimentos sociais, principalmente em educação, têm de fazer parte da agenda dos gestores desses recursos.

Apesar dos elevados recursos já recebidos, não se tem observado o adequado efeito dos “royalties” sobre os indicadores da qualidade da educação. Ao contrário, estudos mostram que Municípios recebedores dessas receitas públicas, mantidas as demais variáveis constantes, apresentaram, em muitos casos, diminuição do rendimento escolar.

Como ensinam as experiências internacionais bem sucedidas, investir na formação educacional da população é imprescindível em um cenário em que o recurso natural pode não mais existir no futuro. Entretanto, dados socioeconômicos locais indicam, até o momento, uma aplicação dos recursos públicos derivados do aproveitamento de recursos naturais baseada em interesses imediatos dos gestores, não se levando em conta os interesses dos jovens e das futuras gerações.

Dessa forma, torna-se essencial assegurar na Constituição Federal que 75% dos recursos da participação no resultado ou da compensação financeira, de que trata o parágrafo 1º do art. 20, sejam destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino público e 25% a outras áreas, como ciência e tecnologia, saúde, segurança, meio ambiente, defesa nacional, energia e infraestrutura. Esse é o objetivo da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Por se tratar de uma proposição do mais alto interesse público, pedimos o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2012.

**NEWTON LIMA**  
**Deputado Federal**

**Proposição:** PEC 0220/12

**Autor da Proposição:** NEWTON LIMA E OUTROS

**Ementa:** Acrescenta dois parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, para destinar os recursos da participação no resultado ou da compensação financeira às áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde, segurança, meio ambiente, defesa nacional, energia e infraestrutura.

**Data de Apresentação:** 21/11/2012

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas 179

Não Conferem 005

Fora do Exercício 000

Repetidas 018

Ilegíveis 002

Retiradas 000

Total 204

**Assinaturas Confirmadas**

- 1 ADEMIR CAMILO PSD MG
- 2 ADRIAN PMDB RJ
- 3 AFONSO FLORENCE PT BA
- 4 ALBERTO FILHO PMDB MA
- 5 ALESSANDRO MOLON PT RJ
- 6 ALEX CANZIANI PTB PR
- 7 ALMEIDA LIMA PPS SE
- 8 AMAURI TEIXEIRA PT BA
- 9 ANDERSON FERREIRA PR PE
- 10 ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB SP
- 11 ANTÔNIO ROBERTO PV MG
- 12 ARIOSTO HOLANDA PSB CE
- 13 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB SP
- 14 ARNALDO JARDIM PPS SP
- 15 ARNALDO JORDY PPS PA
- 16 ARNON BEZERRA PTB CE
- 17 ARTUR BRUNO PT CE
- 18 ASSIS CARVALHO PT PI
- 19 ASSIS DO COUTO PT PR
- 20 AUDIFAX PSB ES
- 21 AUREO PRTB RJ
- 22 BETO FARO PT PA
- 23 BIFFI PT MS
- 24 BOHN GASS PT RS
- 25 BRUNA FURLAN PSDB SP
- 26 BRUNO ARAÚJO PSDB PE

27 CARLAILE PEDROSA PSDB MG  
28 CARLINHOS ALMEIDA PT SP  
29 CARLOS MAGNO PP RO  
30 CARLOS ZARATTINI PT SP  
31 CELSO MALDANER PMDB SC  
32 CLÁUDIO PUTY PT PA  
33 CLEBER VERDE PRB MA  
34 DALVA FIGUEIREDO PT AP  
35 DAMIÃO FELICIANO PDT PB  
36 DANILO FORTE PMDB CE  
37 DARCÍSIO PERONDI PMDB RS  
38 DÉCIO LIMA PT SC  
39 DEVANIR RIBEIRO PT SP  
40 DOMINGOS DUTRA PT MA  
41 DR. ROSINHA PT PR  
42 DUDIMAR PAXIUBA PSDB PA  
43 EDINHO ARAÚJO PMDB SP  
44 EDIO LOPES PMDB RR  
45 EDSON SANTOS PT RJ  
46 EDUARDO AZEREDO PSDB MG  
47 EDUARDO BARBOSA PSDB MG  
48 EFRAIM FILHO DEM PB  
49 EMANUEL FERNANDES PSDB SP  
50 ERIKA KOKAY PT DF  
51 EUDES XAVIER PT CE  
52 FABIO TRAD PMDB MS  
53 FÁTIMA BEZERRA PT RN  
54 FERNANDO FERRO PT PE  
55 FERNANDO MARRONI PT RS  
56 FRANCISCO PRACIANO PT AM  
57 GABRIEL GUIMARÃES PT MG  
58 GERALDO SIMÕES PT BA  
59 GILMAR MACHADO PT MG  
60 GIOVANI CHERINI PDT RS  
61 IRINY LOPES PT ES  
62 IVAN VALENTE PSOL SP  
63 IZALCI PSDB DF  
64 JANDIRA FEGHALI PCdoB RJ  
65 JANETE CAPIBERIBE PSB AP  
66 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP  
67 JEAN WYLLYS PSOL RJ  
68 JERÔNIMO GOERGEN PP RS  
69 JESUS RODRIGUES PT PI  
70 JILMAR TATTO PT SP  
71 JOÃO CARLOS BACELAR PR BA  
72 JOÃO DADO PDT SP  
73 JOÃO PAULO LIMA PT PE  
74 JORGINHO MELLO PR SC  
75 JOSÉ AIRTON PT CE  
76 JOSÉ DE FILIPPI PT SP

77 JOSÉ GUIMARÃES PT CE  
78 JOSÉ HUMBERTO PHS MG  
79 JOSÉ MENTOR PT SP  
80 JOSÉ PRIANTE PMDB PA  
81 JOSÉ ROCHA PR BA  
82 JOSIAS GOMES PT BA  
83 JOSUÉ BENGTSON PTB PA  
84 JÚLIO CAMPOS DEM MT  
85 JUTAHY JUNIOR PSDB BA  
86 KEIKO OTA PSB SP  
87 LEONARDO GADELHA PSC PB  
88 LEONARDO MONTEIRO PT MG  
89 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ  
90 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG  
91 LEOPOLDO MEYER PSB PR  
92 LOURIVAL MENDES PTdoB MA  
93 LÚCIO VALE PR PA  
94 LUIZ ALBERTO PT BA  
95 LUIZ CARLOS SETIM DEM PR  
96 LUIZ NOÉ PSB RS  
97 LUIZ SÉRGIO PT RJ  
98 LUIZA ERUNDINA PSB SP  
99 MANDETTA DEM MS  
100 MANOEL JUNIOR PMDB PB  
101 MANOEL SALVIANO PSD CE  
102 MARCELO CASTRO PMDB PI  
103 MARCIO BITTAR PSDB AC  
104 MÁRCIO FRANÇA PSB SP  
105 MÁRCIO MACÊDO PT SE  
106 MARCON PT RS  
107 MARINA SANTANNA PT GO  
108 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL  
109 MAURÍCIO TRINDADE PR BA  
110 MAURO BENEVIDES PMDB CE  
111 MAURO LOPES PMDB MG  
112 MILTON MONTI PR SP  
113 MIRIQUINHO BATISTA PT PA  
114 MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO PP SP  
115 NAZARENO FONTELES PT PI  
116 NELSON MARQUEZELLI PTB SP  
117 NELSON MEURER PP PR  
118 NELSON PELLEGRINO PT BA  
119 NEWTON CARDOSO PMDB MG  
120 NEWTON LIMA PT SP  
121 NILSON LEITÃO PSDB MT  
122 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR  
123 OTONIEL LIMA PRB SP  
124 PADRE JOÃO PT MG  
125 PADRE TON PT RO  
126 PASTOR MARCO FELICIANO PSC SP

127 PAUDERNEY AVELINO DEM AM  
128 PAULO FERREIRA PT RS  
129 PAULO FOLETTTO PSB ES  
130 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP  
131 PAULO PIMENTA PT RS  
132 PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE  
133 PEDRO EUGÊNIO PT PE  
134 PEDRO UCZAI PT SC  
135 PENNA PV SP  
136 PINTO ITAMARATY PSDB MA  
137 POLICARPO PT DF  
138 PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA PSC PR  
139 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO  
140 RAUL HENRY PMDB PE  
141 REGINALDO LOPES PT MG  
142 RENAN FILHO PMDB AL  
143 RICARDO BERZOINI PT SP  
144 ROBERTO DE LUCENA PV SP  
145 ROBERTO SANTIAGO PSD SP  
146 ROGÉRIO CARVALHO PT SE  
147 ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA PMDB SC  
148 ROMERO RODRIGUES PSDB PB  
149 RONALDO NOGUEIRA PTB RS  
150 RONALDO ZULKE PT RS  
151 ROSANE FERREIRA PV PR  
152 ROSE DE FREITAS PMDB ES  
153 RUY CARNEIRO PSDB PB  
154 SANDES JÚNIOR PP GO  
155 SARNEY FILHO PV MA  
156 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP  
157 SÉRGIO BRITO PSD BA  
158 SÉRGIO MORAES PTB RS  
159 SEVERINO NINHO PSB PE  
160 SIBÁ MACHADO PT AC  
161 STEPAN NERCESSIAN PPS RJ  
162 TAKAYAMA PSC PR  
163 TAUMATURGO LIMA PT AC  
164 TERESA SURITA PMDB RR  
165 TIRIRICA PR SP  
166 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA  
167 VANDERLEI MACRIS PSDB SP  
168 VANDERLEI SIRAQUE PT SP  
169 VAZ DE LIMA PSDB SP  
170 VICENTE ARRUDA PR CE  
171 VICENTE CANDIDO PT SP  
172 VICENTINHO PT SP  
173 VIEIRA DA CUNHA PDT RS  
174 WALDENOR PEREIRA PT BA  
175 WALNEY ROCHA PTB RJ  
176 WALTER FELDMAN PSDB SP

177 WALTER IHOSHI PSD SP  
178 WILLIAM DIB PSDB SP  
179 ZECA DIRCEU PT PR

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
**TÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**  
.....

**CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

Art. 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; ([\*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005\*](#))

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II - declarar a guerra e celebrar a paz;

III - assegurar a defesa nacional;

IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII - emitir moeda;

VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 1995)

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 1995)

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012, publicada no DOU de 30/3/2012, produzindo efeitos 120 dias após a publicação)

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII - conceder anistia;

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;  
(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas e industriais; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; (Primitiva alínea c renomeada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------